

**Tradução**



# DO CONCEITO AMPLIADO DE TRABALHO AO CONCEITO AMPLIADO DE SUJEITO TRABALHADOR<sup>1</sup>

Enrique De La Garza Toledo<sup>2</sup>

Tradução: Antônio Bosi<sup>3</sup>

## 1. Os limites do conceito clássico de trabalho

A heterogeneidade das formas de trabalho não é uma novidade nem no capitalismo e nem nos modos de produção anteriores. Duas concepções teóricas, relacionadas com o avanço do trabalho assalariado nas sociedades modernas, conduziram a uma visão restrita do conceito de trabalho. Uma foi a neoclássica, para a qual não existe outro trabalho a considerar senão o assalariado, ou seja, o que se compra e se vende por um salário. A outra foi a marxista clássica, na qual o conceito de trabalho não se restringiria a modalidade assalariada, mas abrangeria toda atividade relacionada com a riqueza material da sociedade e não apenas com a geração de valores de troca. Sem dúvida, o mesmo fenômeno sócio-econômico do avanço do trabalho assalariado capitalista no século XIX, que serviu de terreno empírico aos neoclássicos para pensar o conceito restrito de trabalho, resultou, no marxismo, não na exclusividade, mas na predominância do trabalho assalariado capitalista, que é uma das formas do trabalho assalariado, o que implica, além da compra e venda da força de trabalho, em que o

<sup>1</sup> Este texto foi traduzido e adaptado a partir de: Introducción, In *Sindicatos y nuevos movimientos sociales en America Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. pp.3-17.

<sup>2</sup> É professor de sociologia da Universidad Autónoma de México e coordenador do Grupo de Trabalho da CLACSO "Trabajo, sujetos y organizaciones laborales".

<sup>3</sup> Professor dos cursos de graduação e mestrado em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e associado ao Laboratório de Pesquisa "Trabalho e Movimentos Sociais".

trabalho gere valores de uso voltados para a troca no mercado. Por outro lado, a produção capitalista no século XIX, realizou-se na forma da manufatura (sem a introdução da máquina) ou na forma da maquinaria, com a conseqüente subsunção formal e real do trabalho pelo capital. Este tipo de trabalho assalariado capitalista, que gera mais-valia e que se realiza mecanicamente em máquinas por grandes concentrações de operários, foi priorizado pelo marxismo, porque se supunha que nessas condições de exploração e alienação modernas surgiria, com maior probabilidade, o sujeito operário que encabeçaria a revolução anti-capitalista. Ou seja, a prioridade de certo tipo de trabalho por parte do marxismo não se justificava unicamente a partir de sua teoria da produção e do mercado, mas a partir da possibilidade do surgimento do sujeito da revolução. Contudo, isto não significa que fosse ignorada a coexistência do operário industrial das grandes empresas com outros trabalhadores em empresas capitalistas de serviços, agricultura e, inclusive, os trabalhadores situados em formas produtivas não capitalistas.

A Sociologia do Trabalho é herdeira de preocupações semelhantes. Influenciada pelo marxismo tal como em Pierre Naville, George Friedman e Alain Touraine, apesar de sua disputa com o mesmo, tenta construir uma teoria alternativa igualmente preocupada com a constituição de sujeitos operários alternativos. Esta Sociologia do Trabalho também priorizou o operário industrial da grande empresa como objeto de estudo e se preocupou com suas reestruturações, mas se dedicou pouco a outros trabalhadores. De tal modo, que a maioria dos conceitos produzidos por essa disciplina segue arrastando suas origens industriais e modernas. Nessas visões também havia um evolucionismo explícito ou implícito, onde a grande empresa acabaria com as formas pré-capitalistas de produção e o processo de proletarização quase se universalizaria com o desenvolvimento do capitalismo. Mas, nas últimas décadas, o emprego industrial no mundo tem diminuído em favor dos serviços. As micro e pequenas empresas no terceiro mundo não tenderam a diminuir. Os trabalhadores precários aumentaram e novas ocupações continuam surgindo. Isto é, a importância dos trabalhos considerados não clássicos tem aumentado.

A importância clássica do trabalho assalariado na grande indústria derivava da constatação de sua relevância na criação do produto nacional, ao menos nos países desenvolvidos, mas também

derivava da identificação entre estrutura produtiva e sujeito. E cabe lembrar que isto aconteceu frente à decadência do emprego agrícola no primeiro mundo e à aparição incipiente de serviços modernos. Nesse sentido, efetivamente os países desenvolvidos, como os do Norte da Europa, se converteram, na primeira metade do século XX, em sociedades de assalariados industriais.

Sem dúvida, a emergência dos serviços modernos, seguida, de muitas outras ocupações precárias – assalariadas ou não –, abre uma brecha nas teorizações e conceitos clássicos sobre o trabalho. Por um lado, a necessidade de incorporar os serviços modernos às análises das ocupações e dos processos produtivos introduziu especificidades que colocaram em questão algumas das características do trabalho como universais. A principal delas é que o produto não é separável de quem o produz e de quem o consome no que se refere aos serviços. Aqui, o processo produtivo implica estreitas articulações entre a atividade do trabalhador que produz o produto no mesmo momento em que este é gerado, distribuído para os consumidores e consumido. E isto significa uma reformulação de quem são os atores no processo produtivo. Se o serviço é capitalista, continuarão presentes os trabalhadores assalariados e os empresários, com suas relações sociais características, mas entrará de maneira direta no processo de produção um terceiro ator que não se apresenta como assalariado e nem como patrão: o consumidor, o usuário, etc. E esse ator entra de maneira direta porque o produto – saúde, educação, serviços bancários, de restaurante e de transporte, por exemplo – não podem ser gerados sem sua presença em momentos chave do processo produtivo. Dado que esses serviços não podem ser armazenados, precisam ser consumidos no momento de sua produção. De tal modo que a maneira de consumir é, ao mesmo tempo, forma de produção, fato que torna mais complexo o problema das relações sociais e do poder dentro do processo de produção.

Por outro lado, o surgimento de muitos *serviços produtivos* para as empresas – serviços de reparação, desenho, engenharia, etc. – abre a possibilidade de uma extensão direta da manufatura até serviços que incorporam valor ao produto material ou imaterial final. Vistos isoladamente, teríamos que separá-los da manufatura, quando em realidade são parte integrante da valorização desta. Ou seja, dentro da própria manufatura torna-se complexa a noção de processo produtivo e de quais são seus limites, e isto sem considerar

as ocupações que atualmente são, com frequência, sub-contratadas.

A situação se torna ainda mais complexa quando se toma, num nível menos abstrato e mais atual, o trabalho de distribuição: este poderia agregar novo valor ao produto se consideramos que tal valor tem um aspecto material e outro de caráter simbólico.

O mesmo ocorre com o campo da reprodução da mão-de-obra ocupada na produção material fabril e da mão-de-obra ocupada em *serviços fabris*, conceito que pode ser discutido, mas que foi originado da fábrica, cunhado pela indústria. O conceito de dependência da máquina pode conduzir à ampliação do dito conceito de fábrica para os serviços, para não subsumir os serviços modernos simplesmente ao conceito de empresa, que é indubitavelmente menos analítico do que o de fábrica. Antigamente, no trabalho do camponês e do artesão, fosse ele domiciliar, familiar ou por conta própria, os espaços reprodutivos com criação de valor e os espaços de reprodução geral da força de trabalho – alimentação, descanso, diversão e cuidado com os filhos – se sobrepunham. E este antigo fenômeno, obscurecido pela fábrica capitalista que fragmentou os tempos e espaços da produção dos tempos e espaços da reprodução geral da força de trabalho, não recebeu a devida atenção do ponto de vista produtivo e reprodutivo, bem como da constituição das subjetividades e ações coletivas.

Finalmente, a sociologia e a antropologia, especificamente aquelas correntes que criticam a alienação, tiveram em mente a época de ouro das pequenas comunidades com relações cara a cara e enxergaram nessas fontes a constituição da sociedade e da própria subjetividade de seus sujeitos. Os conceitos de mundo da vida (contraponto ao conceito de trabalho de Habermas), interação simbólica e intersubjetividade de Shutz, remetem aos microníveis das relações sociais que são vistas como constitutivas de todo o social. Mas a constituição da subjetividade e da identidade, inclusive a conformação da ação coletiva, podem efetivar-se sem o cara a cara entre os sujeitos sociais. Desse modo, a identidade pode surgir através dos meios de comunicação massivos, das telecomunicações, da internet e não necessariamente precisa cristalizar-se em movimentos sociais tais como manifestações e motins. Assim ocorre com uma parte das ocupações atuais - todavia minoritárias -, em que os canais de constituição do coletivo de trabalhadores dão-se através de uma rede virtual sem o cara a cara característico em antigas ocupações que, por outro lado, sempre foi exagerado,

principalmente, em grandes empresas tradicionais cuja distribuição funcional de tarefas limitava o cara a cara aos trabalhadores da mesma seção. Ou seja, nessas ocupações operadas por meio de rede virtual transita-se do cara a cara para o tela a tela, ainda que por detrás das telas e monitores estejam homens e não simplesmente sistemas informáticos.

As articulações entre trabalho e não-trabalho e a nova importância dos trabalhos não industriais conduzem, sem dúvida, ao conceito ampliado de trabalho: implicam um produto do trabalho – que pode ser material ou imaterial – particularmente a revalorização de produtos simbólicos do trabalho; uma atividade laboral que envolve não apenas os esforços físico e intelectual, mas também envolve analiticamente as faces objetiva e subjetiva de tal atividade. É uma atividade caracterizada como final, já que supõe que o produto existe, como disse Marx, duas vezes: subjetivamente e objetivamente, ainda que a objetivação de tal atividade pode ser a de seus significados. A conexão entre os meios e os fins no trabalho coloca em jogo todos os campos da subjetividade e não apenas os de caráter cognitivo ou os bens científicos. Isto porque trabalhar, além de ser uma relação com objetos que podem provir da natureza, é uma interação social direta ou mediada com seus componentes físicos e subjetivos. A especificidade de cada trabalho não decorre das características do objeto, do próprio trabalho ou do tipo de produto produzido, mas na articulação do processo de produção com determinadas relações sociais amplas, relações de poder, de interesses, de influência, relações culturais.

Finalmente, os limites entre trabalho e não-trabalho não são naturais e nem universais, mas dependem das próprias concepções sociais dominantes a esse respeito.

## **2. Trabalho e constituição de sujeitos trabalhadores**

A partir de teorias estruturalistas em desuso pensou-se que a situação estrutural, em particular em determinadas estruturas produtivas, era o mais determinante na constituição de sujeitos sociais, de sujeitos trabalhadores. Ou seja, que as condições de exploração, de alienação e de controle sobre o processo produtivo determinariam a conformação de um ou mais sujeitos trabalhadores.

Sem dúvida, o estruturalismo está oficialmente morto, ainda que volte à cabeça freqüentemente, de maneira vergonhosa, em teorias atuais. Existe grande consenso sobre o fato de que as situações estruturais não bastam para explicar a identidade e a ação coletiva. Falta ao estruturalismo, pelo menos, a mediação cultural e subjetiva, ainda que a pós-modernidade não tenha conseguido provar que o mundo do trabalho deixou de ser importante para muitos habitantes deste planeta. A proposta de mudança do *homo faber* para o *homo mall* e do consumo diz mais a respeito de um setor minoritário de *yuppies* do que da maioria dos homens. Os vaticínios sobre o fim do trabalho não se realizaram em sua vertente otimista – aumento do tempo livre decorrente da automatização do trabalho –, nem em sua vertente pessimista – sociedade de vagabundos sem ofícios ou benefícios sociais devido à falta de postos de trabalho causada pela automatização. A redução do tempo de trabalho no neoliberalismo não deve ser comemorada, principalmente porque a suposta competência do mercado requer retroceder nas últimas tendências do Estado de bem estar social tardio, sobretudo frente às longas jornadas de trabalho no terceiro mundo. Tampouco as pessoas que não encontram emprego no setor formal permanecem desocupadas, mas encaram todo tipo de trabalho: por tempo parcial, por hora, por temporada, informal, não estruturado, precário. Não se trata de uma sociedade do não-trabalho, mas de uma sociedade polarizada entre as ocupações modernas, bem remuneradas, com altas e novas qualificações e as ocupações precárias e inseguras, que são majoritárias no mundo hoje. Isto significa dizer que a utopia neoliberal não se cumpriu e a maioria da humanidade não transitou para uma sociedade de informação, nem para uma nova economia, nem para um tipo de trabalho flexível e criativo, embora não se desconheça, ao mesmo tempo, a existência destas novas realidades.

O problema no fundo tem sido o seguinte: a constituição das identidades e dos movimentos sociais não é influenciada apenas pelo mundo do trabalho, mas também por outras dimensões da vida e outros níveis da realidade de segunda ou terceira ordem, diferentes do cara a cara. As pressões estruturais decorrentes de tais níveis da realidade são importantes, mas a conformação de sujeitos coletivos não depende somente destas. Isto, porque entre a estrutura e a ação social há a mediação da subjetividade, entendida como processo que confere sentido e lança mão de códigos culturais

por meio da formação de configurações de significados para as situações concretas – num espaço mais marcado por significações do que por determinações culturais. Nesta medida, a eficiência das estruturas e vivências do mundo do trabalho pode variar em relação à conformação de identidades e ações coletivas, porque um trabalhador não compartilha com outros somente o espaço do trabalho, mas estabelece também interações e experiências em outros lugares articulados de modo imediato ou não com o mundo do trabalho. Além disso, a identidade não se dá no abstrato, mas é constituída em contato com determinado problema, espaço de relações ou inimigo. Assim, um mesmo indivíduo pode compartilhar identidades coletivas com diferentes sujeitos e, nesse sentido, atuar coletivamente em diversos espaços. De tal forma que a eficácia do mundo do trabalho na vida, mais do que uma suposição, deverá ser examinada concretamente. Este ponto de vista geralmente não tem sido observado para o oposto à determinação do mundo do trabalho, isto é, as novas determinações identitárias nos âmbitos do consumo, do ócio ou da família: para estas dimensões da vida estamos obrigados a examinar sua pertinência para os movimentos sociais concretos. Desta maneira, resulta improcedente a tese do fim da ação operária devido à heterogeneidade das ocupações que impediriam a formação de identidades coletivas amplas, simplesmente porque estas não podem depender apenas do espaço do trabalho e também porque a identidade é sempre *para*, e não *em si*. Não se trata de secundarizar a nova heterogeneidade do trabalho, mas tampouco se trata de atribuir-lhe arditosamente a última determinação da identidade coletiva.

As identidades e ações coletivas podem ter relações intensas ou frágeis com o mundo do trabalho. Além disso, os mundos do consumo, do entretenimento e da família, podem admitir superposições com as atividades produtivas. Isto é, ao conceito de trabalho ampliado deve seguir outro de sujeitos trabalhadores ampliados. Os sujeitos trabalhadores ampliados não são aqueles cuja ação coletiva depende fundamentalmente da experiência, organização, demandas do trabalho – especificamente as que acontecem em torno da relação capital-trabalho: esta seria uma concepção estreita de trabalho e de sujeito trabalhador. A concepção ampliada possibilita perceber a construção de identidades também em ocupações não capitalistas, com suas demandas e formas de luta e de organização. E tais sujeitos podem se constituir em outros

espaços e tempo que não os do trabalho, ainda que tenham alguma vinculação com o trabalho ampliado. Pode ser o caso de movimentos de desempregados que não lutam por sua reinserção nos postos de trabalho perdidos, mas lutam pela abertura de novas fontes de emprego. Nesses casos, sua atividade e identidade não se conformam em torno de uma relação de trabalho específica, mas se localizam no sistema capitalista, e sua ação se dirige contra o governo e suas políticas econômicas e de emprego; seu espaço e tempo de protesto não são a empresa e nem o tempo de trabalho, mas a rua, o bairro, a praça pública. Por trás disso, ainda que não de maneira imediata, junto as suas experiências de trabalho estão também suas experiências com a família, com o bairro, com o consumo. Às vezes, os sindicatos podem ampliar sua organização para incluí-los, mas isto não é necessário para que cheguem a realizar ações coletivas. Suas demandas não vão contra um patrão em particular, mas contra uma sociedade polarizada entre poucos ganhadores e muitos perdedores.

Além disso, o fato dos homens – a maior parte deles – terem de viver do trabalho, mesmo que este seja muito precário ou de tempo parcial, não lhes garante sentirem-se identificados entre si. Viver do trabalho supõe que se participa de uma dimensão da vida que é importante, ainda que somente pelo dinheiro recebido em troca do trabalho. Pode-se ter diversos sentimentos com respeito ao mundo do trabalho (amor, ódio, indiferença), mas sua eficiência em relação ao individualismo, a solidariedade, ao comunitário, à ação coletiva, terá que ser investigada em situações concretas, mais do que a produção de generalizações em abstrato. Mesmo procedendo assim, não é suficiente analisar as pressões e experiências a partir apenas de uma dimensão da vida para explicar a emergência da ação coletiva. Noutras palavras, a diversidade das experiências do trabalho e do não trabalho, não obstante compartilhadas em determinados níveis de abstração, pode contribuir para as formas que os participantes conferem sentido a estes espaços de relações sociais, bem como para a conformação de sujeitos sociais diversos. Estes sujeitos, não por princípio pós-moderno, permanecem desarticulados, uma desarticulação do tipo cara a cara que pode chegar a se articular através de suas práticas em formas virtuais ou simplesmente imaginários. Isto é: no neoliberalismo, com a reestruturação produtiva e dos mercados de trabalho, com a globalização, uns sujeitos declinam e outros

reaparecem, sendo que sua conformação não depende sempre do cara a cara e nem têm que estar reduzidos às fronteiras nacionais.

### **3. América Latina, sindicatos e novos sujeitos sociais**

Na América Latina, na maioria dos países, o empregado industrial diminuiu em função dos serviços precários. Sem dúvida, os países maquiladores como o México e alguns da América Central, têm mantido proporções elevadas de emprego manufatureiro. O neoliberalismo na região levou também a uma intensificação do individualismo das classes médias, assim como ao surgimento de novos movimentos sociais. Esses movimentos não são os ecologistas ou feministas, mas o novo indigenismo globalizado do Chiapas, Equador e parte da Bolívia. Fazem parte os movimentos sociais dos assembleístas e piqueteiros da última crise Argentina, o movimento pela água, em Cochabamba e a impressionante derrubada do governo boliviano em 2003. O levante do povo dirigido pela quase ociosa COB (Central Operária Boliviana) contra a tentativa de desnacionalizar o gás, acrescido dos movimentos dos cocaleros, dos indígenas e de toda população que formaram a grande frente que conseguiu depor o governo em plena época do império Estadunidense, permitirá aos estudiosos reformularem muitas teses pós-modernas superficiais do fim dos grandes projetos, dos grandes sujeitos e das grandes demandas. Estes movimentos deveriam estimular a reflexão acerca da validade das teses pessimistas que predominaram após a derrocada do socialismo real. É agora, quando surge o movimento dos sem terra no Brasil, quando ninguém apontava nos camponeses, quando as lutas sindicais sofrem a terrível interferência da guerra da Colômbia, quando os trabalhadores organizados se dividem na Venezuela em torno de uma disputa pelo poder político que mobiliza toda a nação.

A reflexão acerca do mundo do trabalho tem que priorizar e problematizar tais questões. Precisa indagar sobre como os sindicatos em toda a América Latina se relacionam com esses novos movimentos sociais; como os sindicatos têm encampado esses novos sujeitos, por exemplo, a Central de Trabalhadores Argentinos (CTA); e, finalmente, como os sindicatos têm reconhecido a autonomia desses movimentos e estabelecido relações mais igualitárias, sem proclamarem-se, como fizeram no passado, vanguarda distante e

dissociada da luta prática. Refletir sobre essa realidade implica estudar estes novos movimentos sociais e seus encontros e desencontros com os sindicatos. Significa lidar com um futuro que não será a simples repetição das hegemonias centradas em sujeitos operários que não podem reclamar facilmente a centralidade na composição das futuras frentes neoliberais. A perspectiva teórica que ampara esta leitura se encontra sob as abstrações indeterminadas de Antônio Negri. Para nós, o império tem territorialidade e encarna em sujeitos identificáveis: as multinacionais, o capital financeiro, organismos como o FMI e o Banco Mundial, o governo estadunidense e seus aliados desenvolvidos e sub-desenvolvidos. Mesmo assim, a resistência não é produto de um fantástico sujeito universal, produtor direto ou indireto de mais-valia, chamado *operário social*, mas é produto de uma multiplicidade de sujeitos, cuja articulação não está garantida se não for demonstrada na prática.